

BIOPOLÍTICA E ECOPOLÍTICA NO BRASIL

Carine Josiéle Wendland

Universidade de Santa Cruz do Sul, bolsista PROSUC/CAPES

Eixo 2 – Educação, Cultura e Produção de Sujeitos

Estas linhas perfazem-se no delinear da disciplina Biopolítica, Necropolítica e Precaridade. Cabe, aqui, amplificar conceitos a mim novos, todavia imbricados de curiosidade, carregados de história, e, com sentidos do mundo. O tempo-espaço de cartografias poéticas e não poéticas nos põe no mundo em confronto a realidades ocultadas. Um tempo de modernidade líquida, contemporaneidade ou pós-contemporaneidade, de modo que, como aportes iniciais, trago menções breves sobre modos de ver o mundo sob ângulos biopolíticos e do poder no Estado neoliberal atual, quando então, adentro ao meu mundo em pesquisa: carrego comigo a terra e as poéticas que me cercam e buscarei aproximações possíveis a partir de movimentos como a participação na COP27, a escuta aos povos indígenas e à natureza, no reconhecimento desta última como estado de exceção permanente.

Considero que o ato de nomear faz parte do viver. Indígenas não tem essa necessidade. Palavras como espiritualidade e política, por exemplo, não existem em seu vocabulário, há uma amplificação muito maior do que esses termos nos significam. Todavia, a nomeação para os e as não-indígenas é um modo de reconhecer a existência, valorar. Para tanto, tomemos como exemplos alguns dos conceitos foucaultianos, repensados e perpetuados por tantos outros autores e autoras.

Reconhecendo o poder não mais no singular, mas para populações, adentra-se aos campos da biopolítica. Esta contemporaneidade que estamos imbricados e que avança a largos passos, prendeu-se ao neoliberalismo, que governa os indivíduos por sua própria autorresponsabilização, desvinciliando-se, portanto, de mecanismos de proteção social. Chega-se numa luta do Estado neoliberal contra tudo aquilo que possa se tornar obstáculo, inclusive a própria população e a natureza. Há, assim, o que Dardot, *et al.* (2021) chama de demofobia, a fobia ao povo.

A segurança prometida à população justificaria as intervenções excepcionais do Estado, ou seja, aquelas que controlam a lei. A lógica da proteção da população - e

podemos acrescentar: à natureza, ao “meio” ambiente - garante uma excepcionalidade, de modo que, o poder não deixa de existir, pelo contrário, permite um estado de exceção.

A biopolítica é, pois, a ferramenta, o modo de uso é a questão. Todavia, como já visto, quando começou-se a valorizar mais a vida, mais começou-se a matar. E a biopolítica vai se tornando necropolítica que é o extermínio que o governo permite, ou seja, uma política deliberada de fazer morrer. Até o século XIX, antes do liberalismo, tinha-se a lógica de fazer morrer e deixar viver. A lógica se inverteu para fazer viver e deixar morrer.

Somos todos governados por uma racionalidade mercantilizada, regida pela lógica neoliberal que se caracteriza como um *ethos* - se torna a ética social da empresa - competitividade, eficácia, rendimento. Há um empresariamento inclusive do pensamento. Cada indivíduo vira uma microempresa. Cada microempresa se governa e a vida passa a ser dicotômica: útil ou inútil. Duarte (2007) a partir de Agamben traz as nomações *Zoé* e *Bios*, como a representação da vida. A primeira, todavia, a vida nua e a segunda, a vida qualificada, política. Considerando, pois, a “inutilidade” de algumas vidas – não qualificadas – é justificável sua morte.

Chegamos então ao estado de exceção permanente, cujo qual, no Brasil, encontram-se mais de 120 milhões de pessoas, e destes a maioria favelada. Os campos de concentração atuais seguem outras facetas: “O preso, o favelado e acrescento, o migrante e o imigrante, em suma, o pobre e o miserável” (DUARTE, 2007, p. 12), e acrescentaria mais: a floresta, o rio, a vida como um todo.

Ademais, “as transformações futuras do capitalismo, da democracia liberal e do meio ambiente levarão a maior desigualdade social e mais exposição aos desastres naturais” (DUARTE, 2007, p. 176), quando adentrarmos a um campo distintamente próximo: a ecopolítica. E, na perspectiva de abordar e compreender que a natureza, tanto quanto, encontra-se em estado de exceção permanente, inicio trazendo uma experiência para exemplificar a temática.

Em visita ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) no mês de agosto de 2022, junto a um grupo inter-religioso organizado pela Iniciativa Inter-Religiosa pela Florestas Tropicais – IRI, trago aproximações históricas da perpetuação do estado permanente de exceção junto às florestas brasileiras, em especial a amazônica.

Cláudio Almeida, coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e demais biomas brasileiros no Instituto de Pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia

e Inovação (MCTI) no INPE, relata que a Amazônia Legal do Brasil tem 5 milhões de km² e 25 milhões de habitantes distribuídos em 775 municípios. Esta, já foi ocupada no período Pré-Colombiano, com os Sítios arqueológicos de 10.000 a.C. resquícios da cerâmica Marajoara. Houve um mito do vazio populacional. Assim, historicamente, no período colônia, há muita captura de mão de obra indígena – séc. XVI – XIX, a partir da captura das almas para a conversão católica. Há fortificações militares na região pelos portugueses para que não haja exploração de outros países. Nos ciclos da borracha que se sucederam, acontece a ocupação de parte da Amazônia.

Em 1953, com a Lei 1806/53, cria-se a Amazônia Legal. Nas décadas 50, 60 e 70, a floresta foi vista como obstáculo. Objetivava-se assim retirá-la para o “desenvolvimento”. No período militar, sob o lema “Uma terra sem homens para homens sem terra”, houve incentivo a empresas para que de fato ocupassem esta, como por exemplo a Vale do Rio Doce. Estas pessoas e empresas foram convidadas a desmatar.

Ao final dos anos 80 houve um Pacto pela Natureza: perdoaram a destruição até ali. A partir de então poder-se-ia desmatar até 20%. Todavia, em 2008 e em 2016 houveram mais repactuações do que era ou não permitido: entrou-se num ciclo infundável de destruir e esperar o perdão, criando-se assim, uma cultura, um complexo cultural.

O primeiro mapa do INPE aconteceu então quando o Governo Federal pediu para mapear se as pessoas de fato tinham ocupado e desmatado a Amazônia, visto que esse era o objetivo, para assim poder nomeá-los donos e donas da terra. Não somente nas décadas citadas, mas o colonialismo, enquanto complexo, se perpetua no inconsciente coletivo do povo brasileiro, desde a invasão em 1500 e quiçá, a natureza se encontre em estado de exceção desde as invasões iniciais.

Todavia, no início da década de 90, Collor assina a convenção do clima, como o preparo do país para a ECO-92 e o governo pede ao INPE o mapeamento de quanto a Amazônia havia sido destruída. Desde então, o Instituto tem feito o mapeamento anual para a sociedade civil poder consultar.

No momento desta escrita, participo como delegada virtual da Federação Luterana Mundial na COP27, que presencialmente acontece em Sharm El-Sheik no Egito, temas como perdas e danos, financiamento climático, adaptação, limitar o aquecimento global a 1,5° são diários, no reconhecimento de que países desenvolvidos, que mais contribuíram com as emissões carbônicas contribuam financeiramente na meta estipulada para que os subdesenvolvidos e em desenvolvimento, ou seja, os mais vulnerabilizados por esta forma

de poder, possam estar em vida digna e não em estado de exceção como também se encontram ao estarem submetidos a danos ambientais, causados pelas superpotências.

A Amazônia, como brevemente citada, teve e ainda permanece sob a circunstância de fazer viver e deixar morrer do Estado. Um morrer que corresponde a um estado de exceção permanente – de um modo que não nos incomode, que passam despercebidos o equivalente a 2.000 campos de futebol por dia, durante o ano de 2022.

Questões tais como consciência ecológica, preservação do planeta, minimização dos partidarismos, segurança, respeito às diferenças etnoculturais, atenção às necessidades locais, sustentabilidade e antiutilitarismo constam nas agendas da ecopolítica. Além disso, quase sempre é explícito o acento ético dos discursos ecopolíticos, com defesas candentes a favor de uma nova ética planetária que submeta os interesses econômicos (do capitalismo) aos interesses sociais (VEIGA-NETO, 2014, p. 216).

Há muitos modos de dizer a ecopolítica, mas a luta política também tem uma dimensão espiritual, pois esta última, é, em si, uma resposta política frente à vida. Uma ecologia e política insurgentes, que necessitam uma da outra para ações em favor da vida, de qualquer vida.

O que Veiga-Neto (2014, p. 221) também destaca são os perigos que podem calcar a ecopolítica tanto quanto atuam sobre a biopolítica com a “soberania estatal, o fascismo, o utilitarismo, o atrelamento e subordinação dos interesses sociais aos interesses do grande capital, a exclusão includente”. Por outro lado, a ecopolítica corre os riscos do “fundamentalismo, o denunciamento, o catastrofismo e o salvacionismo” (p. 220) a depender do Estado e sua ação-política. Todavia, em um governo da morte, mata-se dentro de uma normalidade, inclusive jurídica. De 2019 a 2022 os números têm crescido alarmantemente e gerado prejuízos econômicos e ambientais ao mundo.

A natureza, como um todo da vida que conta com o humano, é uma vida nua, desqualificada. A lógica colonial é construída no binarismo, ou seja, humano e desumano. Assim como natureza e humano: todavia, “não faz mais sentido falarmos em “o homem no seu ambiente”, “o homem na Natureza” e, nem mesmo, “o homem e a Natureza” (VEIGA-NETO, 2014, p. 218).

A desumanização de pessoas e desenraizamento da terra, faz com que haja naturalização de condutas, inclusive de morte. E, na maioria das vezes não há luto por essas vidas, porque há uma seletividade do luto no país. Isso faz com que retornemos ao poder. Ele não está numa classe, não é palpável, não está numa instituição ou é de alguém,

não é possuído, ele é relacional, dinâmico. Atravessa as relações. Poder é ação sobre a ação dos outros. É um modo de administrar populações, florestas, vidas.

Lynch (2018), exemplifica que o poder aparece em todos os tipos de relacionamentos e ao contrário do que se pensa, não só do topo da pirâmide, como também da base. Quando há poder, há resistência. Se não há resistência é um sistema totalitário, com dominação total. O poder não está no Estado, ele atravessa. Se perpetua. E, já não sabemos onde está. A natureza, todavia, apesar de demonstrar resistência não é ouvida, vozes são negligenciadas, em especial dos e das indígenas como protetores das florestas.

Algumas poucas vozes foram ouvidas na palestra Crimes atrozes no Brasil, evento paralelo ao 51º Período de Sessões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que deu visibilidade a crimes a nível de Brasil, trouxe lideranças e movimentos, em especial de indígenas e de pessoas que vivem nas periferias do país e se encontram dia após dia, em estado de exceção.

Se o direito de falar o pensar está escasso, está-se no estado de exceção permanente. Têm-se perpetuado práticas de exclusão includente e o racismo corrobora com esta, ao passo que ele “vai se desenvolver primo com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador” (FOUCAULT *apud* PELBART, 2022). Há, também, o racismo ambiental, injustiça ambiental em contextos racializados, contra populações vulnerabilizadas. Uma forma de racismo, que tal como a outra atinge aqueles e aquelas cujas vidas já estão em estado de exceção - pessoas, florestas, rios, animais estão despidos de cidadania, pela permanência estrutural do colonialismo, capitalismo e racismo.

Quando, enfim, adentramos a à esfera da relacionalidade: sobre o que nos une uns aos outros, sobre a condição humana da alteridade, sobre reconhecer-se o outro da relação, sobre a abertura intercultural e a poética de fazer viver vidas que já não tem mais esperança. E para começar a terminar é necessário recomeçar novamente: pela educação.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica; Ecológica; Educação; Estado de exceção permanente; COP27.

REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre et al. **A escolha da guerra civil:** uma outra história do Neoliberalismo. São Paulo: Elefante, 2021.

DUARTE, André. **Sobre a biopolítica:** de Foucault ao século XXI. Revista Cinética. 2007. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.htm. Acesso em: 02 set. 2022.

LYNCH, Richard, A. A Teoria do Poder de Foucault. In: TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault:** conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.

PELBART, Peter Pál. **O devir-negro do mundo.** 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-devir-negro-do-mundo/>. Acesso: 02 set. 2022.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica.* Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E - ISSN 1517-1256, V. Especial, dez/2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4860/3045>. Acesso em: 02 set. 2022.